

PUBLICIDADE

www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 19/01/2017

LEI Nº 8443, DE 17/01/2006

ESTABELECE O LIMITE MÁXIMO PARA DISPENSA DE PRECATÓRIO JUDICIÁRIO PERANTE O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, decretou na Sessão Extraordinária realizada no dia 10/01/2006, a partir do Projeto de Lei nº 04/2006 de autoria do Poder Executivo e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º ~~Para os efeitos no disposto no § 3º, do art. 100, da Constituição da República Federativa do Brasil e do art. 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, são consideradas como de pequeno valor as obrigações oriundas da sentença judicial transitada em julgado até o limite de 12 (doze) salários mínimos:~~

Art. 1º ~~Para os efeitos no disposto no § 3º, do art. 100, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 09/12/2009, são consideradas como de pequeno valor as obrigações oriundas da sentença judicial transitada em julgado até o limite de 20 (vinte) salários mínimos nacionais. (Redação dada pela Lei nº 11618/2014)~~

Art. 1º Para os efeitos no disposto no § 3º, do art. 100, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 09/12/2009, são consideradas como de pequeno valor as obrigações oriundas da sentença judicial transitada em julgado até o limite de 10 (dez) salários mínimos nacionais. (Redação dada pela Lei nº 12.747/2017)

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de que trata esta lei será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação de requerimento ao órgão competente do Município, instruído com certidão expedida pelo Cartório ou Secretaria Judicial, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a lei nº 7.627, de 03 de julho de 2004.

PEDRO WOSGRAU FILHO
Prefeito Municipal

JOSUÉ CORRÊA FERNANDES
Secretário Municipal de Administração e Negócios Jurídicos

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 08/02/2017

PUBLICIDADE